



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO  
Avenida Getúlio Vargas, nº 21-05 - CEP 17017-383 - Bauru - SP - www.jfsp.jus.br

**ATA Nº 2393031/2016 - BAUR-DSUJ/BAUR-NUAR**

Pauta		
Primeira reunião POLO V (Assis, Avaré, Bauru, Botucatu, Jaú, Lins, Marília e Ourinhos) – Apresentação da metodologia para levantar os problemas e necessidades das subseções, informações da reunião realizada em 16/11/2016, na Diretoria do Foro e explicação do Formulário Consulta.		
Data	Horário	Local
25/11/2016	das 16:00h às 17:00h	Sala de Videoconferência do 7º andar do prédio da Justiça Federal em Bauru – Avenida Getúlio Vargas, nº 21-05)
Participantes		
Diego Paes Moreira	Juiz Diretor da Subseção Judiciária de Avaré	
Guilherme Andrade Lucci	Juiz Diretor da Subseção Judiciária de Jaú	
Marcelo Freiburger Zandavali	Juiz Diretor da Subseção Judiciária de Bauru	
José Renato Rodrigues	Juiz Diretor da Subseção Judiciária de Lins	
Alexandre Cortez	Diretor NUAR de Assis	
Daniela Galicia	Diretora do NUAR Bauru	
Fábio Alexandre Grigolon	Diretor do NUAR Avaré	
Luciano Kenji Tadafara	Diretor NUAR Ourinhos	
Luís César Thadei Donato	Diretor do NUAR Botucatu	
Maria Sílvia Cabrini	Diretora do NUAR Marília	
Ricardo Trigo Pereira	Diretor do NUAR Jaú	
Simone Mukai Koga	Diretora Substituta NUAR Lins	

**1ª Parte**

O MM. Juiz Federal Diretor da Subseção Judiciária de Bauru, Dr. Marcelo Zandavali abriu a reunião dizendo que iria passar, de forma resumida, o que foi recebido de informações na 1ª Reunião do Conselho de Governança, realizada na Diretoria do Foro, em 16/11/2016.

Prossiguiu dizendo que, a idéia é esse Conselho de Governança, essa estrutura administrativa que vai ser criada, funcione para executar o primeiro Planejamento Estratégico da 1ª Instância. O TRF3 já possui o Planejamento Estratégico, inclusive, implementado, e agora se inicia a ação de implantação do Planejamento Estratégico no 1º Grau. As idéias principais seriam: a participação, de forma descentralizada, de Juizes e servidores de toda a Seção Judiciária, tanto no planejamento das ações administrativas, quanto na implantação dessas ações. Além disso, a participação, a oitiva, dos demais usuários dos serviços da Justiça: advogados, partes, Ministério Público, Defensoria Pública, enfim, todos esses atores serão ouvidos no planejamento administrativo da Justiça Federal da Seção Judiciária de São Paulo. Referidos atores, não só serão ouvidos, mas as decisões dessas políticas públicas planejadas serão implantadas, também por esse grupo. A tomada de decisão sobre essas políticas públicas a serem implantadas será feita de forma consensual. A maneira como o MM. Juiz Federal, Dr. Marcelo Zandavali apreendeu que vai ser implantada é que as responsabilidades serão divididas, especificamente quanto à administração da Justiça, com todos os atores dos serviços. Não mais se ficará somente aguardando decisões e planejamentos da Diretoria do Foro, mas essa atuação passa a atingir todos os Juizes e todos os servidores da Seção Judiciária. O MM. Juiz Federal, Dr. Marcelo Zandavali, ressaltou duas palavras retiradas do material disponibilizada na reunião de 16/12/2016, que fora enviado, antecipadamente, aos participantes da reunião em curso, foram: **inteligência coletiva**, que resume bem a idéia, pois é muito mais fácil acertar quando há vários atores pensando sobre o diagnóstico dos problemas e a maneira de superar esses problemas e a outra palavra é **transparência**, pois, talvez um dos problemas que há dentro da administração da Justiça é que, às vezes, são mostrados os critérios de decisão, mas como não há domínio, no dia-a-dia a implementação das decisões, os critérios, afinal todos têm os próprios afazeres, não há uma compreensão efetiva sobre os fundamentos que levam à Diretoria do Foro a tomar determinada decisão. Um exemplo é a movimentação de servidores, que é um sério problema para todos: para os próprios servidores interessados, para as unidades judiciárias, pois há sérias diferenças entre algumas Subseções, sendo algumas com menor demanda e quadros completos; outras bem demandas e com quadro mais difícil. Todas essas questões desaguam, hoje, na Diretoria do Foro e, imagina o MM. Juiz Federal, Dr. Marcelo Zandavali, que com a implantação desse novo Plano de Governança, será dividida a responsabilidade sobre este tipo de decisão. Após, passou a discorrer sobre as atribuições do Conselho de Governança, explicando que a Subseção de Bauru e as demais que participam da reunião integram o Polo V e o que for deliberado neste Polo V será levado à Diretoria do Foro. Para se ter uma idéia do que irá ser feito a partir de agora, foram lidas algumas atribuições do CONGIP: alinhar atividades de Gestão das áreas administrativas de todas as Subseções; propiciar canal de comunicação de Juizes e servidores com a Diretoria do Foro; levantar problemas e boas práticas de gestão; levantar dados; promover a comunicação com os demais atores e usuários dos serviços, inclusive por audiências públicas; sugerir propostas à Diretoria do Foro de políticas, diretrizes e recomendações para o aperfeiçoamento da Justiça Federal; propor metas e iniciativas estratégicas para a Seção Judiciária e acompanhar a implementação do Planejamento Estratégico – a idéia é estudar o que deve ser feito, fazer o diagnóstico e também atuar na fase de implantação; propor prioridades na alocação de recursos e, inclusive, neste momento, se está em plena ação de implementação deste objetivo. O Juiz lembrou que foram encaminhadas planilhas para todas as Subseções, para definições de gastos para o Orçamento Programa que será dotado em 2017 e executado em 2018. Por fim, indicou mais algumas atribuições, tais como: consolidar informações, elaborar relatórios, etc. O Juiz salientou que são atribuições de grande relevância. O próprio planejamento das políticas da Justiça Federal será realizado por meio do CONGIP, não de maneira isolada, pois há também outros núcleos de gestão, mas o CONGIP é um deles e o outro é o GABIN, formado por servidores da Diretoria do Foro. De modo um tanto realista, tanto o Dr. Paulo César, quanto a Drª. Luciana abordaram o fato de os mandatos de Diretor do Foro possuírem apenas 02 (dois) anos de extensão e o desafio, portanto, é estabelecer esta nova forma de gestão e leva-la adiante. Há plena consciência de que é um problema da Justiça Federal essa interrupção, mas se imagina que, em se obtendo resultados positivos neste primeiro momento isso será levado adiante nas futuras gestões de outros Diretores do Foro. Foi dito que, na reunião do dia 16.11.2016 foi dada ênfase ao programa, inclusive pela Presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, Drª. Cecília Marcondes, que estava presente à reunião. Há confiança de que o programa não ficará restrito a apenas 02 (dois) anos deste mandato, pois essa será a maneira de como a Justiça Federal irá administrar seus recursos de agora em diante. Foi informado que será realizada, em São Paulo, em 15/12/2016, a primeira audiência pública, com faculdades de direito, com a OAB e outros membros da sociedade civil, para que sejam ouvidos esses agentes e eventuais sugestões e idéias sobre a melhoria dos nossos trabalhos lá já sejam apresentadas. Isso deve ser iniciado, em cada polo de gestão, em 2017. O primeiro passo, efetivo, que se dá no momento, além da apresentação, é o Programa de Orçamento Participativo. Foi comunicado que foi dada muita ênfase, na reunião de 16/11/2016, ao fato que as sugestões de compras e aquisições a serem feitas por meio da planilha enviada, não são, meramente, opcionais. A Subseção ou o Polo que não incluir a proposta de aquisição de determinado serviço ou bem, no orçamento que será executado em 2018, dificilmente, será atendido. É real a responsabilidade de cada Núcleo de planejar as aquisições para 2018, porque se não o fizer, corre o risco de não ser atendido. Todas as ações de aquisição, de bens e serviços, para 2018, já farão parte desse orçamento participativo. O que se espera é que continuem daqui para frente. Foi informado que a próxima ação será a segunda reunião do CONGIP, em fevereiro/2017, na cidade de São Paulo/SP. Foi dito que tanto o MM. Juiz Federal, Dr. Marcelo Zandavali, quanto o NUAR, através da Diretora Daniela, estão abertos a receber todas as sugestões das demais Subseções integrantes do Polo, para serem encaminhadas à Diretoria do Foro. Ressaltou que a receptividade da Diretoria do Foro deve ser aproveitada ao máximo e tentar mostrar resultado com a nova política, pois todos sabem das dificuldades de, algumas vezes obter uma resposta rápida da Diretoria do Foro, por ser, extremamente, demandada. Imagina-se que a descentralização proposta traga melhorias, desde que os polos sejam ouvidos pela Diretoria do Foro e acredita-se que isso irá, realmente, acontecer. O MM. Juiz Federal, Dr. Marcelo Zandavali se colocou à disposição por e-mail e telefone e, pediu que o tratado na presente reunião fosse repassado aos demais Juizes e servidores das Subseções participantes, além de ressaltar, mais uma vez que a idéia de inteligência coletiva não é restringir o planejamento à estrutura administrativa ao Diretor da Subseção, à diretoria do núcleo, mas que passe por todos os Juizes e servidores da Subseção, para que as idéias gestadas por quem trabalha no dia-a-dia com a atividade fim sejam levadas para os centros de tomada de decisão da Seção Judiciária de São Paulo.

Foi aberto aos participantes para se manifestarem.

O MM. Juiz Federal da Subseção Judiciária de Jaú, Dr. Guilherme Lucci, cumprimentou a todos e agradeceu pela reunião, que significa um primeiro momento de um prévio contato e a expressão clara do sentido das inovações de rede de governança ou inteligência coletiva, dizendo que a base do programa é a base do colegiado – várias cabeças pensantes, em tese, cria-se a perspectiva de decisões mais racionais e mais interessantes para todos os envolvidos. Observou que, neste momento, em particular, de graves restrições orçamentárias, realmente é necessária essa providência para que se diminuam custos sem a diminuição dos serviços e o apoio que se tem em cada um dos Fóruns da forma como vem sendo feito, pois todos sabem que se tem passado por dificuldades, significativas de administração de pessoal e de terceirizados, de uma forma mais específica. Pontuou, pois, que por um lado a ideia do colegiado e do contato oficial permanente com Juizes e servidores de outras Subseções próximas agrada. Expressou, contudo, que por outro lado há uma certa preocupação de que a nova estrutura de administração por polos concentre apenas nas Subseções sedes dos polos a valiosa interlocução com a Diretoria do Foro. Destacou, todavia, que conhecendo o atual Juiz Diretor da Seção Judiciária, está certo de que não é essa a intenção da mudança, ou seja, não acredita que a nova estrutura torne dificultado o contato de cada um dos Juizes Diretores de Subseção com a Diretoria do Foro, pois o Dr. Paulo César sempre foi muito receptivo a todos os Juizes e a manter a interlocução constante. Assim, apesar da preocupação inicial apresentada, estima que a intenção seja racionalizar e identificar as dificuldades em comum de cada um dos polos, para que essas dificuldades não sejam tratadas por Subseção, mas sim por perfil de vara, de Subseção e que se tente, diante de uma realidade de restrição orçamentária, buscar uma solução ótima e menos custosa possível para o restrito orçamento da Seção Judiciária. Por fim, agradeceu a todos e também se colocou à disposição pelos meios de comunicação, tanto aos Juizes, como aos servidores.

O MM. Juiz Federal, Dr. Marcelo Zandavali agradeceu às colocações do MM. Juiz Federal, Dr. Guilherme Lucci, e disse não ver as novas ações de planejamento, bem como os novos “órgãos”, como mais um barreira para impedir a comunicação, mas, ao contrário, o que se irá demandar da Diretoria do Foro são políticas a serem executadas, ou seja, ações mais complexas e que o contato, com a Diretoria do Foro, do dia-a-dia permanece como está, com as dificuldades inerentes a isso. O que serão tratados não são problemas pontuais, mas a formulação e implementação de novas políticas. Quanto ao mais, a Diretoria do Foro permanece aberta para a comunicação com todos. O trabalho a ser realizado pelos polos seria algo mais elaborado, de estudarmos os nossos problemas administrativos, entendê-los e tentar levar para a Diretoria do Foro uma idéia de como resolvê-los. É uma questão de gestão e não de solução pontual deste ou daquele problema, ainda que haja uma ligação entre as duas coisas.

Não houve mais manifestações e o MM. Juiz Federal, Dr. Marcelo Zandavali agradeceu a presença de todos e encerrou a participação dos Juizes na reunião.

## 2ª Parte

A Diretora do NUAR/Bauru, Daniela, iniciou sua participação cumprimentando a todos os Diretores do NUARs presentes à reunião e disse que iria falar de modo resumido a parte que compete aos Diretores, ou seja, a parte operacional.

Informou que esteve presente na reunião do dia 16/11/2016, na Diretoria do Foro e disse estar muito confiante no programa, principalmente, por seu desenvolvimento e implantação estar sendo conduzido com o auxílio da MM. Juíza Federal, Drª. Luciana Ortiz, que além de demonstrar gostar da área de gestão, têm estudos realizados na Fundação Getúlio Vargas, que é a vanguarda em termos de gestão, além de contar com o apoio do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, na pessoa de sua Presidente, Drª. Cecília Marcondes.

Salientou, também, que vê como positiva a implantação do programa, pois busca comprometer os Juizes com a administração. Explicou que a divisão da Seção, em polos, como parte da implantação do programa, tem como uma das razões, dito na reunião na Diretoria do Foro, não serem todas as Subseções que respondem às solicitações de planejamento pedido, como, por exemplo, o que foi solicitado em setembro deste ano, quando apenas 20, das 44 Subseções responderam e, a Diretoria Administrativa necessita saber o que todos os Fóruns precisam e, não apenas, parte deles, para quando abrir uma licitação possa agrupar a necessidade de vários Fóruns, para que a licitação fique menos custosa para a Justiça Federal e mais atrativa aos concorrentes. Da forma como é hoje isso não seria possível, então, a divisão em polos é uma tentativa de descentralizar a “cobrança”, para que cada cidade responsável pelo polo verifique se todos responderam às solicitações passadas e todos participem. Reforçou o que foi passado na reunião sobre a questão que os dados constantes do levantamento serão considerados no planejamento, mas o que não estiver será muito difícil ser incluído, posteriormente. Ponderou que o levantamento das necessidades sempre foi feito, mas o que mudou foi o enfoque, que agora é a participação, efetiva, de todos os atores atuantes no processo. Outro ponto destacado, quanto à importância da realização do planejamento estratégico, foi a continuidade dos projetos, pois constando do planejamento estratégico, não poderão ser mudadas, ainda que haja o fim de um mandato da Diretoria do Foro e se inicie outro.

Outra informação passada foi sobre o mapeamento dos processos de trabalho do setor administrativo de São Paulo, que já está sendo realizado, e também sobre a necessidade de melhoria de comunicação entre os próprios setores do administrativo de São Paulo, além de salientar, mais uma vez o comprometimento e entusiasmo dos envolvidos na implantação, em especial, o MM, Juiz Federal Diretor da Seção Judiciária, Dr. Paulo César e da MM. Juíza Federal, Drª. Luciana Ortiz. Após foi aberto para todos se manifestarem.

O Diretor do NUAR/Jaú, Ricardo Trigo, disse que a idéia é fantástica e que o planejamento estratégico e a continuidade de gestão são o que faltam para a Justiça Federal de São Paulo. O problema, segundo ele, é separar o que é planejamento estratégico das rotinas do dia-a-dia, pois se concentrar as demandas existentes, diariamente, como despesas ordinárias, manutenção de prédio, ou seja, coisas que já se sabe que tem que fazer, se isso também tiver que ir para o planejamento estratégico, irá retroagir cerca de 10 anos. Para o Diretor Ricardo, o que deve ser tratado é reforma de sede, construção de sub-sede, por exemplo. Ele havia entendido que o polo iria votar o que seria mais importante para o polo e enviar para o planejamento.

A Diretora do NUAR/Marília, Maria Sílvia, compartilhou a dúvida de Ricardo, no sentido de que seria colocado no levantamento a ser realizado: o que for além das rotinas ordinárias ou tudo, até mesmo o que já temos, como copo, caneta, etc.

Daniela esclareceu que a dúvida sobre o que colocar já havia surgido, inclusive para o Juiz Diretor da Subseção de Bauru e que ela já havia enviado um e-mail para o Núcleo de Planejamento sobre isso. Esclareceu, ainda, que o polo não irá votar prioridades do polo, mas que cada subseção elencará seu rol de necessidades e caberá à “cidade-sede” apenas a verificação se todos responderam e o repasse das informações para o NUPE, que através do servidor Cristiano Abílio irá tabular todas as propostas apresentadas por todas as Subseções, e será verificado o que irá para o Planejamento Estratégico, que realmente deve constar lá; o que poderá ser encaminhado para solução mais imediata, pelos próprios setores da administração. Ressaltou, mais uma vez, que o levantamento das necessidades não se confunde com o Planejamento Estratégico; que neste momento, cabe às Subseções elencar tudo o que entendem ser importante para melhorar o atendimento da Justiça Federal, com foco no cidadão; que materiais do dia-a-dia, que já recebemos, não precisam ser solicitados e se comprometeu a repassar para todas as Subseções do polo os e-mails que trocou com o servidor Cristiano Abílio, do NUPE, que esclarecem, por completo a questão.

O Ricardo exemplificou que tudo aquilo que o almoxarifado já fornece, ou materiais que a empresa terceirizada de manutenção já fornece não precisa ser pedido, mas o que não é fornecido.

Daniela exemplificou o caso da Subseção de Bauru, que precisa de contrato de manutenção de persianas, que, localmente, não consegue, mas se o núcleo de administração predial tivesse conhecimento que Bauru e mais 10 (dez) Subseções têm a mesma necessidade, poderia fazer uma única licitação para toda.

Outro ponto abordado foi a abertura da participação para todos os servidores e Juizes, salientando que esse foi um pedido dos MM. Juizes Federais, Dr. Paulo César e Drª Luciana. Exemplificou que, para a Subseção de Bauru, adaptou a planilha enviada e encaminhou para as Varas e demais setores para elencarem as sugestões em ordem de prioridade e que poderá surgir várias sugestões que não tem relação com o planejamento estratégico, mas que irá compilar os dados e enviar para o planejamento, lembrando que o Planejamento Estratégico vai muito envolver muitas outras ações; não será restrito ao orçamento. É que, neste momento, há um prazo curto para formulação do orçamento, que tem de ser finalizado e assinado até março/2017, por isso o foco no levantamento das necessidades.

A partir de 2017, outras ações serão implementadas e, exemplificou que na reunião de 16/11/2016, a Rosana, do Gabinete de Gestão Estratégica do TRF3, presente à reunião, falou, “no que diz respeito às metas que mais importante que os números é o acompanhamento e análise dos mesmos e que a rede colaborativa possibilitará entender os problemas e encontrar as soluções e compartilhar as boas práticas”, ou seja, o programa de gestão não vai abranger somente o administrativo, mas toda a Justiça Federal.

Finalmente, foi dito, por Daniela que ouviu, na reunião de 16/11/2016, que a Diretoria do Foro quer conhecer o que existe para que possa definir critérios objetivos, seja para redução de custos, seja para distribuição de servidores, por exemplo.

Ricardo questionou se o orçamento de 2017 será alterado e Daniela informou que não; o que está se fazendo agora é a programação do orçamento que será executado em 2018 e deve ser finalizado até março/2017 e, foi dito na reunião de 16/11/2016, pelo MM. Juiz Federal Diretor do Foro, Dr. Paulo César que, quem não fizer as propostas para o orçamento de 2017, que será executado em 2018, quem não participar, muito dificilmente, será atendido, isoladamente, pois se a administração conseguir seu objetivo, de fazer uma programação de gastos, irá seguir o que está previsto.

Ricardo afirmou que a peça orçamentária não pode ser uma “ficcão” e que o planejamento deve ser executado, no que concordou Maria Sílvia, acrescentando que mudanças ou casos excepcionais podem acontecer e que serão tratados como tal, mas quem teve a chance de se manifestar e não o fez tem que arcar com suas responsabilidades. Todos torcem para que essa gestão consiga mesmo implantar essa nova dinâmica na administração.

A reunião foi concluída com o compromisso de que Daniela iria enviar os e-mails do NUPE para todas as Subseções do polo; que as planilhas irão ser enviadas para o NUAR/Bauru até o dia 09/12/2016 e que da reunião será feita uma ata.

Ricardo sugeriu que todas as planilhas sejam trocadas entre os colegas do polo para que sejam vistas antes de serem enviadas definitivamente para o NUPE.

Reunião encerrada com o agradecimento pela participação de todos.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Trigo Pereira, Diretor do Núcleo de Apoio Regional de Jaú**, em 19/12/2016, às 11:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Alexandre Grigolon, Diretor do Núcleo de Apoio Regional de Avaré**, em 19/12/2016, às 12:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Cortez, Diretor do Núcleo de Apoio Regional de Assis**, em 19/12/2016, às 12:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Kenji Tadafara, Diretor do Núcleo de Apoio Regional de Ourinhos**, em 19/12/2016, às 13:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Simone Mukai Koga, Analista Judiciário - Área Judiciária**, em 19/12/2016, às 13:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Freiberger Zandavali, Juiz Federal**, em 19/12/2016, às 13:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Diego Paes Moreira, Juiz Federal Substituto**, em 19/12/2016, às 16:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Andrade Lucci, Juiz Federal**, em 19/12/2016, às 17:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Orlandi Galicia, Analista Judiciário - Área Administrativa**, em 23/12/2016, às 10:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Sílvia Cabrini, Diretora do Núcleo de Apoio Regional**, em 13/01/2017, às 16:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Luis Cesar Thadei Donato, Diretor do Núcleo de Apoio Regional**, em 17/01/2017, às 11:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **2393031** e o código CRC **10A774E2**.